

Formação Profissional Inicial e Emprego de Jovens

Luís Imaginário *

Evidencia-se a discrepância entre o discurso dos adultos (analistas e políticos, organizações socioprofissionais, meios de comunicação social) sobre o carácter supostamente óbvio das relações entre formação profissional (causa) e emprego (efeito) dos jovens e os comportamentos destes de relativo desinvestimento face às oportunidades de formação disponíveis. Compara-se a formação oferecida pelo ensino técnico-profissional e pelo sistema de aprendizagem em regime de alternância escola-empresa: populações-alvo, estrutura curricular, objectivos de qualificação profissional. Identificam-se algumas das suas inconsistências e incongruências: conflitualidade de objectivos dos cursos técnico-profissionais, cargas horárias em geral excessivas, sobreposições entre cursos profissionais e de aprendizagem. Assinalam-se as duas principais virtualidades da oferta de formação antes caracterizada: cooperação institucional, com envolvimento dos parceiros sociais e reforço da articulação escola-comunidade, com envolvimento das empresas. Destaca-se, por último, o significado da preparação para o exercício profissional qualificado na perspectiva da facilitação do acesso ao emprego, da construção da identidade profissional, da mobilidade social e da inovação tecnológica e cultural, onde também avulta o papel da intervenção dos psicólogos e conselheiros de orientação profissional.

As análises económico-sociais sobre o desemprego dos jovens (14-25 anos) parecem assaz unânimes: (a) afirmam que estamos perante um fenómeno previsivelmente persistente (para os próximos dez, vinte anos?), embora com incidência variável em diferentes subgrupos (idade, sexo, níveis e áreas de qualificação, sectores de actividade, regiões); (b) apontam como causas mais comuns a crise económica, as reconversões tecnológicas, a incerteza quanto ao perfil dos futuros empregos; (c) sublinham a insuficiência e precariedade das estratégias que até agora têm sido ensaiadas para o combater (subsídios ou seguros de desemprego, criação de postos de trabalho pelos poderes públicos, prolongamento da escolaridade básica). Feito este diagnóstico propõem como terapia, invariavelmente, a generalização da formação profissional inicial de jovens, no interior do sistema de ensino e/ou fora dele (por aqui afloram algumas divergências... e não apenas em Portugal).

Formação profissional e emprego — uma relação óbvia?

Os meios de comunicação social, por seu turno, fazem-se eco de tais análises e repercutem quase quotidianamente as opiniões de empregadores, dos poderes públicos, nomeadamente enquanto responsáveis pela gestão da formação e do emprego, e de vários outros corpos sociais, da classe política às organizações socioprofissionais e sindicais, por exemplo, que atribuem a massificação e a universalidade do desemprego dos jovens à insuficiência, quando não à ausência, de formação profissional com que chegam ao mercado de trabalho. Pelo menos entre nós, aliás, estas opiniões são também reforçadas pela proliferação da oferta privada de formação profissional veiculada pelos mesmos meios de comunicação social, uma «oferta selvagem» que promete o emprego (isto é, o paraíso!) à saída do primeiro curso de programação de computadores por correspondência... Em termos de opinião pública, portanto, tudo sinaliza igualmente a ligação íntima e óbvia entre a formação profissional e o emprego.

Restam os jovens eles mesmos. O discurso das suas organizações, porventura contaminado pelo das dos adultos de que geralmente emanam, não diferirá muito do dos adultos, enquanto postulam a relação formação profes-

* Assistente convidado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional.

Este artigo inscreve-se no âmbito do Projecto C da Linha de Acção nº 1 do Centro de Psicologia da Universidade do Porto (I.N.I.C.). Observa-se que foi escrito antes da publicação da recente Lei de Bases do Sistema Educativo.

sional-emprego como relação causa-efeito. Todavia, nos acasos de contactos frequentes com indivíduos jovens vamos sabendo que entre as suas preocupações se insinuam mais as relativas à incerteza do emprego do que as respeitantes à apetência para a formação profissional. Talvez por isso, não só as orientações predominantes dos jovens, ao nível do acesso às oportunidades de formação apesar de tudo oferecidas pelo sistema de ensino, são para áreas de estudos o mais possível afastadas de qualquer formação profissional, pré-profissional ou profissionalizante, como também, no exterior do sistema de ensino, e mesmo no seu interior, subsistem recursos de formação não utilizados pelos jovens! Por outro lado, o desinvestimento de muito jovens na sua própria formação parece indiciar, além do carácter desinteressante desta, ainda a pouca relevância que atribuem à relação entre formação e emprego.

Dir-se-á, então, que existe alguma discrepância entre um discurso razoavelmente entusiástico dos adultos e atitudes mais reticentes dos jovens face à terapia formação profissional para o mal desemprego dos jovens. Sem dúvida que a formação profissional constitui uma necessidade económica, social, tecnológica, cultural. Todavia, importa reconhecer que o testemunho de muitos especialistas, com o qual a opinião pública sintoniza, parece culturalmente assaz situado, talvez por demais economicista, não suficientemente discriminante de outras dimensões que matizam o fenómeno do desemprego dos jovens e, finalmente, prisioneiro de uma «ética do trabalho» porventura aceite e julgada aceitável com excessiva naturalidade.

É neste contexto de ambiguidade que valerá a pena reflectir sobre as virtualidades de dois subsistemas de formação, de introdução recente no sistema educativo português, que explicitamente se propõem proporcionar aos jovens a aquisição de qualificações profissionais, de dois níveis e em várias áreas, e, assim, contribuir para facilitar o seu acesso ao emprego. Trata-se do ensino técnico-profissional e da aprendizagem em regime de alternância escola-empresa.

O ensino técnico-profissional e a aprendizagem

O ensino técnico-profissional localiza-se no interior do sistema de ensino, ao nível dos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade, e é constituído por duas vias, a técnico-profissional, com a duração de três anos, alternativa à via de ensino, e a profissional, um ano de formação escolar a que se segue um estágio profissional de seis meses. É frequentável pelos alunos que concluíram o 9º ano de escolaridade. A aprendizagem, diversamente, localiza-se no exterior do sistema de ensino, ao nível do primeiro ciclo ou ciclo unificado do ensino secundário. Na fase actual, embrionária, de implementação do sistema, é frequentável pelos jovens que, havendo abandonado já o sistema de ensino, possuam a escolaridade mínima obrigatória (6º ano de escolaridade), mas não ainda o 9º ano de escolaridade, e tenham entre 14 e 24 anos de idade.

A estrutura curricular dos cursos técnico-profissionais (via técnico-profissional) compreende, nos dois primeiros anos, três componentes de formação — geral, específica e técnico-profissional — e, no terceiro, apenas as duas últimas (específica e técnico-profissional). Por comparação com a via de ensino, verifica-se que, nesta, os 10º e 11º compreendem a componente de formação vocacional em vez da de formação técnico-profissional, e o 12º ano é constituído apenas por três disciplinas da formação geral ou específica (uma disciplina base e duas de opção, sendo uma destas dita de preferência priorizada).

Em termos globais, a diferenciação maior entre as vias técnico-profissional e de ensino ocorre no 12º ano, quer quanto às componentes de formação quer quanto à carga horária — a formação técnico-profissional, ausente da via de ensino, ocupa cerca de dois terços da carga horária da via técnico-profissional. Além disso, nos 10º e 11º anos, a via técnico-profissional tem menor carga horária na formação geral (2 horas semanais menos) e uma distribuição de tempos lectivos semanais entre a formação específica e a formação técnico-profissional que na maioria dos casos sobrecarrega esta em desfavor daquela, exactamente o inverso do que se verifica entre a

formação específica e a formação vocacional da via de ensino.

Estas diferenças, já parcialmente observadas em anteriores soluções alternativas à via de ensino, por exemplo na via profissionalizante do 12º ano, resultam dos objectivos que as duas vias se propõem atingir: enquanto a via de ensino visa apenas a preparação para o acesso ao ensino superior (e a obtenção do respectivo diploma de estudos secundários complementares), a via técnico-profissional cumula esse objectivo com o de preparar para o exercício de uma profissão a um nível de qualificação médio (e para a obtenção do respectivo diploma profissional).

Os cursos profissionais (a via profissional), correspondentes ao 10º ano de escolaridade, possuem currículos completamente preenchidos por disciplinas de raiz técnico-profissional, com uma carga de 36 horas por semana. A este ano de formação escolar segue-se um estágio profissional com a duração de seis meses, realizado já em contexto de trabalho. No termo do estágio, cumprida com aproveitamento a prévia formação escolar, os alunos realizam um exame de aptidão profissional, que prepara para o exercício qualificado de uma profissão e proporciona a obtenção do respectivo diploma profissional.

O objectivo de preparação para o exercício qualificado de uma profissão dos cursos profissionais induz a sua comparação com os cursos de aprendizagem. Estes propõem exactamente o mesmo objectivo, porém através de uma formação em regime de alternância escola-empresa com a duração de três anos, no termo do qual os aprendizes obtêm, além do diploma profissional, ainda o diploma correspondente ao 9º ano de escolaridade, aliás também o diploma escolar com que ficam munidos os alunos dos cursos profissionais, com a diferença que estes já o possuem ao iniciar a sua formação profissional.

A estrutura curricular da aprendizagem compreende quatro componentes de formação, geral (Português, Língua Estrangeira, Matemática e Mundo Actual), tecnológica, prática simulada e prática (real) no posto de trabalho; a primeira corresponde à formação na escola (é, no mínimo, assegurada por professores do sistema de ensino) e as restantes

à formação na empresa (são, no mínimo, asseguradas por formadores com experiência de empresa).

(In)consistências e (in)congruências da formação profissional inicial de jovens

Desta breve caracterização do ensino técnico-profissional e da aprendizagem, a primeira impressão que se colherá é a de que estamos em presença de sistemas ainda insuficientemente estruturados e relativamente inexpressivos quanto a capacidade de formação. Mas, justamente, isto significará também que estaremos muito a tempo de lhes introduzir correcções, pelo que terá sentido evidenciar alguns dos seus pontos fortes e pontos fracos. Não se trata ainda, todavia, de avaliar o ensino técnico-profissional e a aprendizagem quanto ao cumprimento do seu propósito de preparar os jovens para acederem a um emprego qualificado. Este juízo só poderá ser feito à medida que os jovens assim formados ingressarem (se, quando, como, em que condições ingressarem) na vida activa, o que dependerá em muito, embora não exclusivamente, da capacidade de acolhimento do mercado de emprego.

Em contrapartida, poderemos apreciá-los sobre alguns aspectos da sua consistência interna, enquanto constituem modos específicos de organizar a formação profissional inicial de jovens no interior do sistema de ensino e fora dele, e da sua congruência com os objectivos de qualificação profissional que se propõem alcançar.

(In)consistências

Quanto à consistência interna, pensando sobretudo na estrutura curricular e na carga horária, os principais pontos críticos situar-se-ão na via técnico-profissional. Os seus cursos possuem uma carga horária excessiva, que praticamente não deixa aos alunos tempo disponível para estudar, e uma estrutura curricular por demais dispersa, o que é sobretudo visível na componente de formação técnico-profissional, onde as disciplinas se multiplicam sem lógica aparente e, tanto quanto se sabe dos respectivos programas, sem estabelecerem

articulações suficientes entre si. Tal dispersão põe questões de coordenação interdisciplinar difíceis de resolver, agravadas pela coexistência problemática da formação técnico-profissional com as duas outras componentes de formação, geral e específica. Estas inconsistências estão a constituir obstáculos sérios ao bom aproveitamento dos alunos e a provocar insatisfação também nos professores.

Ao nível das formações geral e específica, até agora as principais fontes de insucesso, os pontos fracos nos cursos da via técnico-profissional decorrerão da conflitualidade entre os seus dois objectivos, qualificação profissional e acesso ao ensino superior, competindo este, mas em desvantagem, até por ser menor a sua carga horária, com os cursos da via de ensino. Os programas das disciplinas das formações geral e específica, mais ainda daquelas, acabam assim por não se adequar, por excesso ou por defeito, a qualquer desses objectivos. Uma solução radical para esta ambiguidade passaria pela transformação de todo o ensino secundário complementar em ensino técnico-profissional (reestruturado, evidentemente), assumindo-se o complementar como ciclo terminal e não como patamar de passagem para o ensino superior, com as consequentes modificações nas condições de acesso a este.

Haverá com certeza também quem, concordando com o essencial desta solução, prefira esperar que o actual ensino técnico-profissional, com ajustamentos pontuais, faça o seu caminho e mostre que o mercado de emprego gratifica os seus alunos e penaliza os que seguem a via de ensino, sejam ou não admitidos no ensino superior. Por um lado, talvez seja confiar demais na sagacidade do mercado de emprego, na eficácia dos seus mecanismos de regulação a funcionar autonomamente; por outro, uma tática do estilo «esperar para ver» poderá ter o grave inconveniente de reforçar o isolamento da escola, ou de parte dela, os factores de inércia aí presentes, relativamente à comunidade em geral e ao mundo do trabalho em particular.

Em qualquer circunstância, é de admitir a possibilidade de o ensino técnico-profissional vir a «contaminar» todo o ensino secundário complementar e, por via disso, também o ensino superior. Para tanto, porém, é indispensável que a escola assuma, com todas as consequências,

a obrigação de contribuir significativamente para preparar os jovens para o desempenho, com sucesso e satisfação, do papel de trabalhador. Nesta eventualidade, o «poder de contaminação» do ensino técnico-profissional repercutir-se-ia não só a juzante do sistema de ensino mas ainda a montante, ao nível do primeiro ciclo ou ciclo unificado do ensino secundário, onde, entre outros, igualmente se põem problemas como o da multiplicidade de disciplinas (assim também no ensino técnico-profissional) ou o do insuficiente contacto com tecnologias (como na via de ensino) que tornam a sua reestruturação indispensável e urgente.

Os cursos profissionais, por sua vez, apresentam uma maior consistência curricular, pois todas as suas disciplinas são de idêntica raiz técnico-profissional, embora subsistam problemas de dispersão talvez superáveis. Como os técnico-profissionais, impõem aos alunos uma carga horária que pouco tempo disponível para estudarem lhes deixará. Por outro lado, existirão disfuncionamentos ao nível da integração formação escolar-estágio profissional-exame de aptidão profissional, atribuíveis, parece, a uma calendarização incoerente e reveladora, afinal, de desajustamentos entre os ritmos da escola e os do mundo do trabalho.

Quanto à aprendizagem, com uma semana de formação de 40 horas (!), as maiores dificuldades residirão justamente aí. A estrutura curricular, todavia, parece consistente e os desenvolvimentos programáticos conhecidos, nomeadamente no que respeita à formação geral, assaz integrados.

(In) congruências

Os objectivos de qualificação profissional de nível intermédio prosseguidos pelos cursos técnico-profissionais afiguram-se incongruentes com o facto de os cursos não preverem, de forma suficientemente sistemática, intencional e integrada, o contacto com o mundo do trabalho, nomeadamente nas profissões ou, pelo menos, na área profissional para que são supostos qualificar os alunos. Sem qualquer modalidade de integração curricular prevista, não tem, por isso, sido possível rendibilizar tanto quanto seria possível algumas actividades

com essa finalidade que têm sido levadas a efeito aqui e ali.

Da aprendizagem, e relativamente aos seus objectivos de qualificação profissional, haverá que referir a incongruência que se revelará na prioridade atribuída a áreas profissionais como a electrónica e a informática, que exigirão uma educação de base mais ampla de que aquela de que, como condições legais de acesso, podem ser portadores os jovens candidatos a aprendiz (o 6º ano de escolaridade). Aliás, para estas áreas são já conhecidos os casos quer de transgressões desse nível de escolaridade quer de resistências à admissão de jovens aprendizes que apenas dele sejam portadores, transgressões e resistências provenientes, justamente, do parceiro empresa do regime de alternância.

Quanto aos cursos profissionais, a incongruência mais significativa decorrerá de se pretender a qualificação profissional de jovens através de uma formação muito curta que se sucede a um primeiro ciclo de estudos secundários onde as actividades de contacto com tecnologias estão praticamente ausentes. Aliás, a incongruência tem sido tão sentida, por alguns professores e alunos e pelo próprio Ministério da Educação, que, pontualmente, já tem sido solicitado e (louvavelmente) concedido o aumento de duração da formação, mantendo o nível de qualificação previamente definido.

Incongruência global, por seu turno, manifesta-se na multiplicação desregrada dos cursos técnico-profissionais (a que já se está a assistir e mostra tendência para continuar), cuja preocupação de especificidade da formação (daí a sua multiplicação) não se ajusta com o nível intermédio de qualificação a que se situam, do ponto de vista escolar como profissional. Ora, em primeiro lugar, é completamente inaceitável pretender que um técnico intermédio seja qualificado, ao nível da formação inicial e no sistema de ensino, quase que para o posto de trabalho (o sentido aparente daquela especificidade aponta para a especialização precoce); depois, tal pretensão não é realizável nesta formação (não seria possível, nem financeira nem tecnicamente, equipar as escolas); finalmente, ainda que, por absurdo, fosse realizável, seria duplamente inútil, já que nem o mercado de emprego,

sobretudo o nosso, tem, aqui e agora, capacidade de discriminação para essas especificidades, nem se prevê que a evolução tecnológica vá compadecer-se com tais especializações precoces. Diversamente, o que deve pedir-se ao ensino técnico-profissional é a formação de técnicos intermédios com perfil de espectro largo, capazes de se adaptar à mudança tecnológica e, sobretudo, de a influenciar, de a promover.

Virtualidades do ensino técnico-profissional e da aprendizagem

E contudo..., apesar dos aspectos controversos e da necessidade de correções, quer o ensino técnico-profissional, quer a aprendizagem surgem envolvidos em circunstâncias portadoras de algumas virtualidades. Três, em particular, a cooperação entre vários organismos da Administração Pública e dos parceiros sociais, a regionalização e a criação de um espaço e de um tempo de intervenção para os psicólogos conselheiros de orientação, constituem inovações que permitirão começar a trabalhar a discrepância, inicialmente referida, entre jovens e adultos quanto ao modo como vivem a relação formação profissional-emprego.

Cooperação regional e local com empresas e associações socio-profissionais

Tanto o ensino técnico-profissional como a aprendizagem propiciaram e propiciam (refiro-me à Região do Norte) um começo de institucionalização de relações de cooperação entre várias instâncias de decisão, públicas e privadas, relativamente ao ensino e formação profissional e ao emprego. Para além das diferenças e das ausências, é interessante verificar que as necessidades de definição e organização da rede e de acompanhamento do funcionamento dos sistemas — o nível e a área de intervenção atribuídos às comissões regionais do ensino técnico-profissional e da aprendizagem — têm imposto aproximações sucessivas às comunidades locais, as quais, também significativamente, revelam quanto é indispensável alargar e aprofundar tal intervenção.

A importância da crescente aproximação às comunidades locais e o progressivo envolvimento das associações socioprofissionais tem sido particularmente perceptível no caso do ensino técnico-profissional. Tais movimentos, multiplicando as comunicações entre a comissão regional e as escolas, as autarquias, os centros de emprego e outras organizações e pessoas significativas da comunidade, possibilitaram, nomeadamente, que as sucessivas propostas de rede para o ensino técnico-profissional, construídas na base das bolsas de emprego e formação geograficamente definidas segundo indicadores trabalhados pela Comissão de Coordenação da Região do Norte e nos limites dos recursos disponíveis, tenham procurado responder a necessidades emergentes das comunidades e localmente identificadas. Na aprendizagem, por seu turno, as articulações locais decorrem da implantação mesma dos centros de emprego e de formação profissional, além de que, nas próprias comissões regionais, diferentemente das do ensino técnico-profissional, já têm assento os parceiros sociais.

As dificuldades em tornar efectiva a cooperação entre instituições que intervêm em áreas que confluem e se sobrepõem resultará substancialmente disso mesmo, da confluência e sobreposição induzirem frequentemente a competição e o conflito. Tal sucede, todavia, porque há recursos, zonas de influência, poder de decisão a repartir. Isto, que é sobretudo visível ao nível central, mas igualmente se manifesta ao nível regional, atenuar-se-á ao nível local, onde, por exemplo, a escassez de recursos e a comunidade de necessidades pode favorecer a cooperação, «obrigar» à partilha da raridade. Sem pretender ocultar os riscos de conflitos de interesses que a vizinhança também gera, vale certamente a pena investir fortemente na promoção de hábitos de participação, de permeabilidade, de flexibilidade entre as pessoas e organizações comunitariamente reconhecidas como significativas, entre as quais, positiva ou negativamente, avulta a escola. Ora, justamente, o ensino técnico-profissional e a aprendizagem, porventura como extensão lógica dos princípios da regionalização e da cooperação, têm permitido a emergência de ocasiões, quantitativamente ainda insignifican-

tes mas já qualitativamente expressivas, em que a comunidade, ou parte dela — nomeadamente empresas, a autarquia — se tem preocupado com a sua escola, mobilizado recursos e assumido a formação dos jovens como um desafio que muito lhe diz respeito.

Intervenção de psicólogos conselheiros de orientação

Os psicólogos, que estão a chegar à escola através da intervenção no ensino técnico-profissional, como os conselheiros de orientação profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, a quem a aprendizagem, pela primeira vez, oferece a oportunidade para intervirem sistematicamente durante a formação, têm especiais responsabilidades neste domínio da promoção da permeabilidade entre os diversos corpos sociais, ou seja, para me servir de uma expressão de uso consagrado (mas pouca prática), entre as escolas e a comunidade, facilitando o seu relacionamento e reconhecimento mútuos. Ao fazê-lo, aliás, estarão desde logo a recolher informações sobre factores que influenciam fortemente os comportamentos dos jovens em formação (o sucesso), que constituem os alvos preferenciais das suas intervenções. Ao mesmo tempo, poderão contribuir para dissipar desconfianças recíprocas entre o mundo da escola e o mundo do trabalho, entre os jovens e os adultos, entre os professores e os não professores, favorecendo a multiplicação de ocasiões para o seu encontro, onde será possível questionar expectativas, abalar estereótipos, desdramatizar estranhezas.

Este trabalho dos psicólogos conselheiros de orientação é além disso uma exigência decorrente da generalização de uma formação profissional inicial que se pretenda com impacto sobre o emprego dos jovens: há que divulgar cursos, dar a conhecer o significado de títulos profissionais e de níveis de qualificação, ajustar perfis de formação e perfis de empregos, facilitar estágios, acolher jovens recém-formados, sensibilizar para o sentido do investimento em formação, promover nos jovens a emergência e o desenvolvimento de competências e de atitudes traduzíveis em comportamentos efec-

tivos de procura, obtenção, criação de emprego. Ou seja, a intervenção dos psicólogos visa o sucesso na formação, no acesso ao emprego e na prossecução de uma carreira através de um processo de construção progressiva da identidade profissional dos jovens, construção que se integra na promoção do seu desenvolvimento psicológico.

Todavia, sem prejuízo da especificidade de estratégias próprias de intervenção psicológica, é igualmente necessário que naquelas actividades se envolva o conjunto da comunidade, a de dentro da escola e a de fora dela. O ensino técnico-profissional e a aprendizagem, mas sobretudo aquele, pela força que lhe advém de ser parte constituinte do sistema de ensino, poderão tornar mais visível a sua presença, o que aliás não constituirá o menor dos seus méritos. Apoiar e integrar tais actividades no quotidiano dos jovens em formação significará, assim, ajudá-los também a construir os nexos possíveis entre a formação profissional e o emprego. Sem pressupor necessariamente que a totalidade, ou porventura o essencial, da existência se reduza ao trabalho remunerado, à produção económica de riqueza, mas sem dúvida percebendo que o domínio da tecnologia, que a formação profissional é susposta propiciar, constitui cada vez mais instrumento indispensável e privilegiado para compreender, explicar, transformar, inovar socialmente, culturalmente.

Résumé

Imaginário, L. . Formation Professionnelle Initiale et Emploi de Jeunes. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 1987, 73-79. On met en évidence le hiatus entre le discours des adultes (analystes, politiques, organisations socio-professionnelles, moyens de communication sociale) sur le caractère supposé évident des rapports entre formation professionnelle (cause) et emploi (effet) des jeunes et les

comportements de désinvestissement relatif de ceux-ci face aux opportunités de formation disponibles. On compare la formation offerte par l'enseignement technico-professionnel et par le système d'apprentissage en régime d'alterance école-entreprise: populations-cible, structure de la carrière, objectifs de qualification professionnelle. Quelques-unes de leurs inconsistances et incongruités sont identifiées: conflits entre objectifs des cours technico-professionnels, charges horaires généralement excessives, superpositions entre cours professionnels et d'apprentissage. On signale les deux virtualités principales de l'offre de formation caractérisée auparavant: coopération institutionnelle, avec l'engagement des partenaires sociaux et renforcement de l'articulation école-communauté, avec l'engagement des entreprises. Finalement, on met en relief la signification de la préparation pour l'exercice professionnel qualifié dans une perspective de facilitation de l'accès à l'emploi, de la construction de l'identité professionnelle, de la mobilité sociale et de l'innovation technologique et culturelle, ou s'avère particulièrement important, le rôle de l'intervention des psychologues et conseillers d'orientation professionnelle.

Abstract

Imaginário, L. Pre-service vocational training and employment of youth. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 1987, 3, 73-79. The purpose of this is to emphasize the discrepancy between adults speech (analysts and politicians, social and occupational organizations, mass media) regarding the commonly assumed relation between vocational training (cause) and employment (effet) of young people, in one hand and the apathy of these toward the available training opportunities, in the other hand. Vocational training provided by vocational education and by the apprenticeship system are compared with respect to: target - populations, curriculum structure, and professional qualification goals. Some of its incongruities and inconsistencies are identified incompatible goals of vocational education, generally overloaded time-tables, and overlapping between vocational education and apprenticeship courses. Two of the main qualities of these training opportunities are presented: institutional cooperation, including involvement of social partners and the strengthening of school — community relations in which firm play an important role. Finally, the meaning of vocational training directed toward the facilitation of employment access, of professional identity promotion, of social mobility and of technological and cultural innovation are remarked, with an emparasis on counseling psychologists role.